

PREGÃO ELETRÔNICO

041/2026

CONTRATANTE (UASG)

Departamento de Água e Esgoto de Bauru (930098)

OBJETO

Contratação de serviços de reforma com pintura interna e externa dos tanques de caminhões pipa destinados ao transporte de água potável, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 428.875,61

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 28/05/2026 às 09h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Grupo

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS NÃO DIFERENCIADA



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO	12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	14
8. DOS RECURSOS	17
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	18
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	21
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAURU

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026

Processo Administrativo nº 9706/2024

Torna-se público que o **Departamento de Água e Esgoto de Bauru**, ou simplesmente **DAE**, por meio da Divisão Administrativa, com sede na Rua Padre João, nº 11-25, Bauru/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação do serviço de reforma com pintura interna e externa dos tanques de caminhões pipa destinados ao transporte de água potável, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 07 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites

previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), do Decreto nº 8.538, de 2015, e da Lei Municipal nº 7.238, de 16 de julho de 2019.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.6.1. Conforme Lei Municipal nº 7.238, de 16 de julho de 2019, a falsidade da declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da aplicação das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, observado o devido processo legal, e implicará, também, o afastamento da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. No preenchimento da proposta escrita, a coluna “Valor Unitário” em R\$ deve ser expressa em até quatro casas decimais, e a coluna “Valor Total” em R\$ expressa com duas casas decimais, de cada item.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.11.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.11.

4.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).**

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Para o envio de lances no pregão eletrônico, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#) e pela Lei Municipal nº 7.238, de 2019.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. Empresas brasileiras;

5.19.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.19.2.5. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 3 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, sob pena de desclassificação, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Conforme Decreto Municipal nº 16.600, de 24 de fevereiro de 2023, no caso de pessoa física, ao ofertar seu lance ou proposta, deverá acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>);

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d) Cadastro de Sanções por Fornecedor, mantido pela Secretaria de Orçamento e Gestão do Estado de São Paulo (https://www.bec.sp.gov.br/sancoes_ui/asp/consultaadministrativaforneceador.aspx);

e) Relação de Apenados, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>).

6.2. **A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).**

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste Edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. Contiver vícios insanáveis;

6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por cartório competente ou servidor integrante do Serviço de Compras do DAE, mediante a apresentação do documento original, ou por declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, salvo os documentos emitidos por meio eletrônico, cuja autenticidade será verificada na rede mundial de computadores (internet), quando possível.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5.1. Conforme Decreto Municipal nº 16.600, de 24 de fevereiro de 2023, será exigido o cadastramento da pessoa física em Sistema de Registro Cadastral utilizado pelo Município.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do telefone (14) 3106-1114 ou 3106-1102 e/ou e-mail andersonmc@daebauru.sp.gov.br; davide@daebauru.sp.gov.br e dao@daebauru.sp.gov.br, contato com Anderson ou David, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 3 (três) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro e postados/protocolados em originais ou cópias autenticadas, conforme casos previstos no item 7.4, juntamente com a proposta escrita, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data da solicitação do pregoeiro, sob pena de inabilitação/desclassificação. O endereço para entrega é o seguinte:

Departamento de Água e Esgoto
Pregão nº 041/2026
Rua Padre João, nº 11-25
Vila Santa Tereza, Bauru, São Paulo
CEP 17012-020

7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#) e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão

fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#) e art. 31 da Lei Municipal nº 7.238/2019).

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de no máximo 30 (trinta) minutos;

8.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados sempre que os mesmos estiverem disponíveis para tanto no Serviço de Compras do DAE.

8.10.1. Eventual pedido para extração de cópias será analisado quando a solicitação for efetuada por escrito, devendo a mesma ser encaminhada ao Pregoeiro, arcando o requerente com os custos.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5. Fraudar a licitação;

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. **A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail pregoeiro_hilda@daebauru.sp.gov.br c/c licit.compras@daebauru.sp.gov.br.**

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus Anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.daebauru.sp.gov.br.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

11.11.1.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar

11.11.2. ANEXO II - Minuta de Contrato e Termo de Ciência e de Notificação TCE/SP

11.11.3. ANEXO III - Modelo de Proposta de Preços

11.11.4. ANEXO IV - Modelos de Cartas de Credenciamento e Outras Declarações

Bauru, 08 de maio de 2026.

Tatiana Almeida Nunes Silveira
Divisão Administrativa - DAE

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAURU

Processo Administrativo nº 9706/2024

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de reforma com pintura interna e externa dos tanques de caminhões pipa destinados ao transporte de água potável, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 01 – Itens nº 01 ao 07

Item	Especificação	Catser	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
01	SERVIÇO REFORMA TANQUE PIPA 8.000 LITROS INSTALADO NOS VEÍCULOS PLACAS EOB-1876	3573	SRV	01	65.555,2600	65.555,26
02	SERVIÇO REFORMA TANQUE PIPA 8.000 LITROS INSTALADO NO VEÍCULO PLACAS FBE-9909	3573	SRV	01	63.897,0250	63.897,03
03	SERVIÇO REFORMA TANQUE PIPA 8.000 LITROS INSTALADO NO VEÍCULO PLACAS FWV-7363	3573	SRV	01	64.262,7400	64.262,74
04	SERVIÇO REFORMA TANQUE PIPA 15.000 LITROS INSTALADO NO VEÍCULO PLACAS FED-4344	3573	SRV	01	57.984,0225	57.984,02
05	SERVIÇO REFORMA TANQUE PIPA 15.000 LITROS INSTALADO NO VEÍCULO PLACAS FED-4354	3573	SRV	01	57.984,8175	57.984,82
06	SERVIÇO REFORMA TANQUE PIPA 15.000 LITROS INSTALADO NO VEÍCULO PLACAS FWI-5265	3573	SRV	01	58.609,8175	58.609,82
07	SERVIÇO REFORMA TANQUE PIPA 15.000 LITROS INSTALADO NO VEÍCULO PLACAS FWR-1096	3573	SRV	01	60.581,9200	60.581,92

1.2. Detalhamento dos Serviços:

Serviço de Reforma Tanque Pipa 8.000lts – Placa EOB-1876:	
Descrição dos serviços	Qtd.
Serviço de substituição de registro de 2" – 05 unidades; (Tanque de 8m³)	01
Serviço de execução de jateamento e pintura interna e externa do tanque (Tanque de 8m³)	01
Serviço de substituição de registro de 1" – 01 unidade (Tanque de 8m³)	01
Serviço de substituição de engate tipo Storz (Tanque de 8m³)	01
Serviço de readequação do sistema elétrico (Tanque de 8m³)	01
Serviço de substituição de lanterna de sinalização (Tanque de 8m³)	01
Serviço de instalação de dois faróis de LED para operações noturnas (Tanque de 8m³)	01

Serviço de substituição de manômetro da linha de pressão da bomba (Tanque de 8m³)	01
Serviço de instalação de visor de nível do tanque de água com mangueira transparente de 1" na parte traseira do tanque (Tanque de 8m³)	01
Serviço de revisão do sistema pneumático (Tanque de 8m³)	01
Serviço de Reforma Tanque Pipa 8.000lts – Placa FBE-9909:	
Descrição dos serviços	Qtd.
Serviço de substituição de registro de 2" – 05 unidades; (Tanque de 8m³)	01
Serviço de execução de jateamento e pintura interna e externa do tanque (Tanque de 8m³)	01
Serviço de substituição de registro de 1" – 01 unidade (Tanque de 8m³)	01
Serviço de substituição de engate tipo Storz (Tanque de 8m³)	01
Serviço de readequação do sistema elétrico (Tanque de 8m³)	01
Serviço de substituição de lanterna de sinalização (Tanque de 8m³)	01
Serviço de instalação de dois faróis de LED para operações noturnas (Tanque de 8m³)	01
Serviço de substituição de manômetro da linha de pressão da bomba (Tanque de 8m³)	01
Serviço de instalação de visor de nível do tanque de água com mangueira transparente de 1" na parte traseira do tanque (Tanque de 8m³)	01
Serviço de revisão do sistema pneumático (Tanque de 8m³)	01
Serviço de Reforma Tanque Pipa 8.000lts – Placa FWV-7363:	
Descrição dos serviços	Qtd.
Serviço de substituição de registro de 2" – 05 unidades; (Tanque de 8m³)	01
Serviço de execução de jateamento e pintura interna e externa do tanque (Tanque de 8m³)	01
Serviço de substituição de registro de 1" – 01 unidade (Tanque de 8m³)	01
Serviço de substituição de engate tipo Storz (Tanque de 8m³)	01
Serviço de readequação do sistema elétrico (Tanque de 8m³)	01
Serviço de substituição de lanterna de sinalização (Tanque de 8m³)	01
Serviço de revisão do sistema pneumático (Tanque de 8m³)	01
Serviço de instalação de visor de nível do tanque de água com mangueira transparente de 1" na parte traseira do tanque (Tanque de 8m³)	01
Referente à: serviço reforma tanque Pipa 15.000lts – Placa FED-4344	
Descrição dos serviços	Qtd.
Serviço de execução de jateamento e pintura interna e externa do tanque (Tanque de 15m³)	01
Serviço de substituição de registro 2.1/2" – 06pç; (Tanque de 15m³)	01
Serviço de substituição de registro 1.1/2" – 01pç; (Tanque de 15m³)	01
Serviço de substituição de 06 unidades de lanternas e 02 unidades de faróis de neblina LED (Tanque de 15m³)	01
Serviço de instalação de visor de nível do tanque de água com mangueira transparente de 1" na parte traseira do tanque (Tanque de 15m³)	01
Referente à: serviço reforma tanque Pipa 15.000lts – Placa FED-4354	
Descrição dos serviços	Qtd.
Serviço de execução de jateamento e pintura interna e externa do tanque (Tanque de 15m³)	01
Serviço de substituição de registro 2.1/2" – 06pç; (Tanque de 15m³)	01
Serviço de substituição de registro 1.1/2" – 01pç; (Tanque de 15m³)	01

Serviço de instalação de visor de nível do tanque de água com mangueira transparente de 1" na parte traseira do tanque (Tanque de 15m³)	01
Serviço de substituição de 06 unidades de lanternas e 02 unidades de faróis de neblina LED (Tanque de 15m³)	01
Referente à: serviço reforma tanque Pipa 15.000lts – Placa FWI-5265	
Descrição dos serviços	Qtd.
Serviço de execução de jateamento e pintura interna e externa do tanque (Tanque de 15m³)	01
Serviço de substituição de registro 2.1/2" – 06pç; (Tanque de 15m³)	01
Serviço de substituição de registro 1.1/2" – 01pç; (Tanque de 15m³)	01
Serviço de instalação de visor de nível do tanque de água com mangueira transparente de 1" na parte traseira do tanque (Tanque de 15m³)	01
Serviço de substituição de 06 unidades de lanternas e 02 unidades de faróis de neblina LED (Tanque de 15m³)	01
Referente à: serviço reforma tanque Pipa 15.000lts – Placa FWR-1096	
Descrição dos serviços	Qtd.
Serviço de troca de para-choque traseiro (Tanque de 15m³)	01
Serviço de substituição de registro 2" – 05pç (Tanque de 15m³)	01
Serviço de substituição de registro 3" – 01pç (Tanque de 15m³)	01
Serviço de substituição de registro 1" – 01pç (Tanque de 15m³)	01
Serviço de instalação de visor de nível do tanque de água com mangueira transparente de 1" na parte traseira do tanque (Tanque de 15m³)	01
Serviço de execução de jateamento e pintura interna e externa do tanque (Tanque de 15m³)	01

Especificações Técnicas Detalhadas

A. Serviço de Execução de Jateamento e Pintura Interna e Externa do Tanque

I. Jateamento Interno do Tanque:

- Será realizado jateamento com granalha de aço para remoção de toda a impureza da chapa.
- Limpeza da chapa com escova de aço para retirada de toda a granalha.
- O jateamento abrasivo será ao metal, conforme norma SSPC-SP-10 (**Near-White Metal Blast Cleaning**) com padrão visual **SIS 05.5900 SA 2.1/2**.

II. Pintura Interna do Tanque (para Água Potável):

- **Fundo Epóxi:** Aplicação de uma demão de tinta de fundo epóxi HB de alta espessura, cromato de zinco, com camada de película seca de 120 micra. Esta tinta deverá ser atóxica e certificada para contato com água potável, conforme normas ABNT NBR 14942 ou equivalentes, com **Certificação Sanitária da ANVISA**.

- **Acabamento Epóxi:** Aplicação de tinta de acabamento Epóxi alcatrão HB de alta espessura, com camada de película seca de 120 micra. Esta tinta também deverá ser atóxica e certificada para contato com água potável, conforme normas ABNT NBR 14942 ou equivalentes, com **Certificação Sanitária da ANVISA**.

III. Jateamento Externo do Tanque:

- Jateamento externo com granalha de aço para retirada de toda a tinta velha.
- Jateamento abrasivo ao metal quase branco, conforme norma **SSPC-SP-10 (Near-White Metal Blast Cleaning)** com padrão visual **SIS 05.5900 SA 2.1/2**.

IV. Pintura Externa do Tanque:

- **Desamassar Lateral do Tanque (Lado Motorista):** Onde aplicável. (Este serviço é específico para o tanque de 15.000lts – Placa FWR-1096).
- **Fundo PU:** Aplicação de uma demão de fundo “PU” (Primer Epóxi) com camada de película seca de 30 micra. Este primer deve oferecer excelente aderência e propriedades anticorrosivas.
- **Tinta PU (Acabamento):** Aplicação de duas demãos de tinta “PU” na cor branco. A tinta PU deverá ser um poliuretano acrílico alifático bicomponente, de alto brilho, com excelente retenção de cor, resistente a intempéries, abrasão e produtos químicos. A indicação de cor azul, conforme solicitado, será aplicada apenas nas faixas refletivas e na plotagem de “ÁGUA POTÁVEL”, não sendo a cor geral de acabamento do tanque.

B. Readequação e Instalação Elétrica

- **Readequação do Sistema Elétrico:** A readequação envolve a revisão, reparo e/ou substituição de componentes existentes, garantindo que o sistema elétrico do veículo esteja em conformidade com as normas vigentes. Não se trata de uma instalação elétrica totalmente nova, mas sim de uma otimização e padronização.
- **Especificação da Fiação Elétrica:**
 - **Cabos:** Fiação de cobre flexível, com isolamento em PVC ou XLPE (polietileno reticulado), com bitolas adequadas à corrente elétrica de cada circuito, conforme a carga dos equipamentos.
 - **Proteção:** Cabos protegidos por conduítes flexíveis ou rígidos, resistentes a intempéries, vibrações e abrasão.
 - **Conectores:** Conectores selados e resistentes à umidade.
- **Norma para Instalação Elétrica:** A instalação elétrica deverá seguir rigorosamente as normas **ABNT NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão)** e a **ABNT NBR 14041 (Veículos**

Rodoviários - Instalações Elétricas), além de qualquer legislação específica para veículos de transporte de carga.

- **Faróis de LED para Operações Noturnas (Tanques 8.000L - EOB-1876 e FBE-9909):**
 - **Especificações:** Dois faróis de LED para operações noturnas. Estes faróis devem ter potência mínima de 20W (watts) cada, temperatura de cor entre 5000K e 6500K (luz branca fria), certificação IP67 (resistência à água e poeira), tamanho adequado à instalação original e um mínimo de 5 LEDs por farol.
- **Faróis de Neblina LED (Tanques 15.000L - FED-4344, FED-4354 e FWI-5265):**
 - Especificações: Dois faróis de neblina LED. Faróis de neblina são projetados para melhorar a visibilidade em condições adversas (neblina, chuva, poeira) e devem emitir um feixe de luz amplo e baixo. Devem possuir potência e características luminosas adequadas para esta finalidade, com certificação IP67.
- **Substituição de Lanterna de Sinalização (Tanques 8.000L - EOB-1876, FBE-9909 e FWV-7363):**
 - A substituição da lanterna de sinalização será feita por modelo **similar ou idêntico ao original**, garantindo a compatibilidade com o sistema elétrico e as normas de sinalização veicular (Resolução CONTRAN 692/2017 e Portaria DENATRAN 152/2022). Será priorizada a tecnologia LED para maior durabilidade e menor consumo de energia.

C. Sinalização e Identificação (Plotagem)

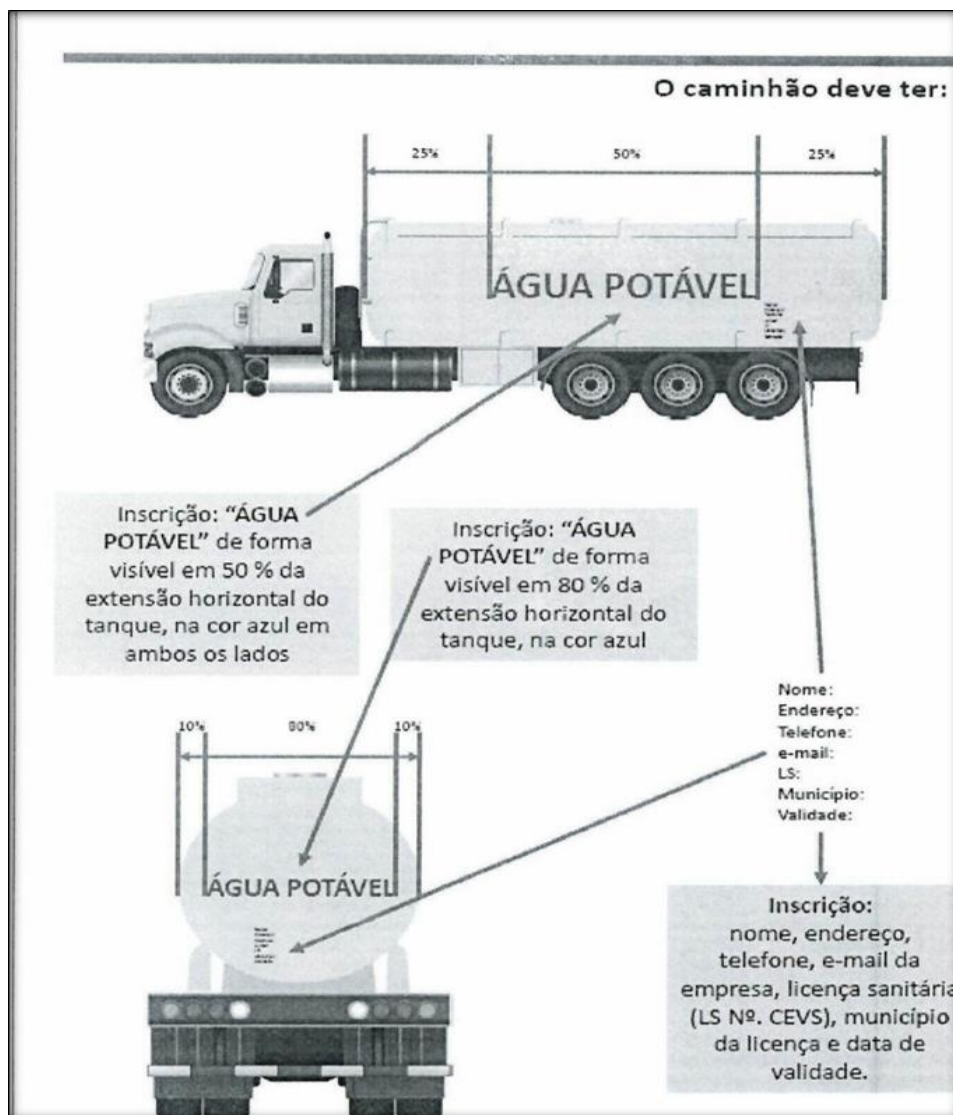
- **Faixas Refletivas:**
 - **Locais:** As faixas refletivas serão aplicadas nas laterais e na traseira do tanque, conforme as especificações da Resolução CONTRAN nº 692/2017 e suas atualizações, garantindo a visibilidade do veículo.
 - **Quantidade:** A quantidade será determinada pela legislação vigente e a extensão do tanque, garantindo o devido contorno e sinalização.
 - **Especificação do Adesivo:** O adesivo a ser aplicado será do tipo película refletiva de alta intensidade prismática (Grau Engenharia ou Superior), com vida útil mínima de 7 anos, certificação INMETRO e conformidade com as normas da ABNT NBR 14644:2021.
- **Plotagem "ÁGUA POTÁVEL":**
 - **Especificação:** A plotagem com os dizeres "ÁGUA POTÁVEL" deverá estar presente nas laterais e na traseira do tanque, em conformidade com o item 4.1.5(f) da **ABNT NBR 16882:2020 e a Resolução SS nº 177, de 30 de novembro de 2021.**

- **Cor e Localização:** A inscrição “**ÁGUA POTÁVEL**” deverá ser confeccionada em adesivo vinílico de alta performance, com recorte eletrônico, utilizando fonte **Arial Black em letras maiúsculas**. O ajuste do tamanho da fonte e a disposição do texto em duas ou mais linhas serão permitidos, desde que respeitadas as dimensões máximas especificadas nas normas ABNTe garantida a **clareza e legibilidade** da inscrição.
- Nas laterais: visível em 50% da extensão horizontal do tanque.
- Na traseira: visível em 80% da extensão horizontal do tanque.
- **Informações Adicionais (Traseira):** Também incluirá nome, endereço, telefone, e-mail da empresa, licença sanitária (LS Nº. CEVS), município da licença e data de validade.

D. Outros Componentes e Revisões

- **Registros (Válvulas):**
- **Especificação:** Construído em latão cromado, rosca gás (BS), acionamento por alavanca de aço, temperatura de trabalho -20°C a 110°C, pressão máxima de trabalho 25 bar (PN25) à 80°C.
- **Manômetro da Linha de Pressão da Bomba (Tanques 8.000L - EOB-1876 e FBE-9909):**
- **Especificação:** MANÔMETRO DN63 2.1/2" VERT C/GLC ¼ NPT INOX 0/21 KGF 0/300PSI
- **Visor de Nível do Tanque de Água (com Mangueira Transparente de 1" na Parte Traseira):**
- **Especificação:** Mangueira transparente de 1" de diâmetro, resistente a raios UV e abrasão, com conexões seguras que garantam a vedação e a visibilidade do nível de água no tanque.
- **Revisão do Sistema Pneumático:**
- A revisão do sistema pneumático compreende a **inspeção completa e funcional** de todos os componentes relacionados (válvulas, mangueiras, conexões, compressor, reservatório de ar e secador de ar), com a finalidade de **identificar e corrigir vazamentos, substituir peças desgastadas e garantir o funcionamento adequado dos sistemas de freio e outros que dependam de ar comprimido** no veículo.

Figura 1



1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A empresa contratada deve demonstrar compromisso com práticas sustentáveis em suas operações, tais como o uso eficiente de recursos naturais, a minimização de resíduos e a adoção de medidas para redução do impacto ambiental de suas atividades.

Da Localização:

4.2. A localização das instalações físicas da Contratada não poderá distar mais de 250 (duzentos e cinquenta) quilômetros do Centro de Manutenção do DAE, situado na Avenida José Henrique Ferraz, Quadra 20, s/nº, Jardim Ouro Verde, CEP 17054-697., no Município de Bauru/SP.

4.3. A verificação da distância será realizada por meio da ferramenta “Rotas” disponibilizada no site Google Maps®, considerando o percurso entre a sede operacional e o endereço do CONTRATANTE, independentemente do trajeto indicado.

4.4. Os custos decorrentes da entrega e retirada do objeto, tais como: diária do servidor, combustível, pedágios entre outras despesas que poderão advir serão suportados pelo DAE – Departamento de Água e Esgoto de Bauru.

4.5. O descumprimento dessa exigência no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis e convocação da licitante remanescente, nos termos da legislação vigente.

Subcontratação

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.8. A inspeção dos tanques é imprescindível, A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8h às 11h e das 13h às 16h, mediante agendamento prévio junto ao Serviço de Transporte e acompanhamento de servidor designado.

4.9. Os agendamentos poderão ser realizados por meio dos seguintes canais de contato:

- Telefones: (14) 3106-1114 ou 3106-1102;
- E-mails: andersonmc@daebauru.sp.gov.br; davide@daebauru.sp.gov.br e dao@daebauru.sp.gov.br

4.10. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.11. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.12. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.13. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.2. O prazo para a execução dos serviços de cada veículo será de 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data em que o caminhão com o tanque for disponibilizado à responsabilidade da licitante vencedora.

5.3. Os serviços serão executados de forma sequencial, conforme a disponibilidade dos veículos pela Administração, dentro do prazo total de vigência contratual de 12 (doze) meses.

5.4. Notificação e Agendamento do Serviço:

5.4.1 A contratada será notificada pela Administração da necessidade de realização dos serviços de reforma de tanque-pipa.

5.4.2 Após a notificação, a empresa contratada deverá proceder com o agendamento do serviço, conforme disposto no Termo de Referência e no Contrato.

5.4.3 Os serviços serão realizados nas instalações próprias da contratada, as quais deverão estar devidamente equipadas com ferramentas, maquinário apropriado e mão de obra especializada para a reforma do tanque.

5.4.4 A entrega do veículo com o tanque na empresa contratada ocorrerá conforme cronograma acordado

5.5. Designação do Responsável pelo Deslocamento:

5.5.1 O Diretor do Serviço de Transporte designará um servidor responsável pelo deslocamento do veículo até a oficina da contratada

5.6. Entrega do Veículo e Inspeção Inicial;

5.6.1 O servidor designado entregará o caminhão-pipa com o tanque na oficina da contratada na data e horário previamente agendados.

5.6.2 Apenas um veículo será entregue por vez, salvo acordo prévio entre as partes;

5.6.3 A contratada realizará uma inspeção inicial do veículo, com foco nos seguintes aspectos:

5.6.3.1 Estado geral do tanque;

5.6.3.2 Condições de segurança;

5.6.3.3 Integridade estrutural e funcional do veículo e dos equipamentos instalados.

5.6.4 Essa inspeção tem como objetivo verificar se o veículo atende aos requisitos mínimos para o início da reforma.

5.7. Assunção da Guarda e Riscos pela Contratada;

5.7.1 Após a inspeção e aceite formal do veículo pela contratada, esta assumirá a guarda total do caminhão-pipa.

5.7.1 A partir desse momento, a contratada será responsável por.

5.7.1.1 Danos ao veículo e aos equipamentos instalados.

5.7.1.2 Danos provocados a terceiros durante o período de execução dos serviços.

5.7.1.3 Multas de trânsito eventualmente geradas durante testes ou transporte do veículo pela contratada.

5.8. Execução dos Serviços, Conclusão e Retirada do Veículo:

5.8.1 A contratada iniciará os serviços de reforma ou manutenção no tanque, conforme escopo contratado e etapas descritas no item 5.2 deste documento.

5.8.2 Ao término dos serviços, o tanque do caminhão-pipa será considerado pronto para retirada.

5.8.3 A contratada notificará, por meio de ofício ou sistema eletrônico, o Diretor do Serviço de Transporte ou fiscal designado pela DAO, informando a conclusão dos serviços e a disponibilidade do veículo para retirada.

5.8.4 O servidor designado pela Administração retirará o caminhão-pipa reformado da oficina da contratada.

5.8.5 Será realizada uma vistoria conjunta entre representantes da Administração e da contratada para verificar:

5.8.5.1 A conformidade dos serviços executados com as especificações contratuais.

5.8.5.2 A ausência de danos ao veículo ou equipamentos durante a execução dos serviços.

5.9. Entrega do Próximo Veículo (quando aplicável)

5.9.1 Imediatamente após a retirada do veículo concluído, a Administração poderá entregar o próximo caminhão-pipa para início dos serviços.

5.9.2 Nesse caso, o ciclo será reiniciado a partir da inspeção inicial (etapa 5.6).

5.10. Flexibilidade do Procedimento

5.10.1 A sequência de "um veículo por vez" poderá ser ajustada em razão de:

5.10.1.1 Disponibilidade de veículos por parte da Administração.

5.10.1.2 Necessidades logísticas ou ajustes no cronograma de reformas.

5.11. **Processo de Reforma do Tanque**

5.11.1 A reforma do tanque seguirá as etapas técnicas estabelecidas, incluindo, mas não se limitando a:

5.11.1.1 Limpeza inicial do tanque, com remoção de resíduos, ferrugem e outros contaminantes.

5.11.1.3 Inspeção detalhada para avaliação de desgastes e identificação de pontos críticos que necessitem de reparos.

5.11.1.4 Reparo de rachaduras e fissuras no corpo do tanque, mediante aplicação de soldas e reforços estruturais conforme necessário.

5.11.1.1 Pintura e acabamento final, conforme padrão estabelecido no contrato.

5.12. **Tecnologias e Ferramentas Utilizadas**

5.12.1 Serão empregadas tecnologias e ferramentas adequadas para cada etapa, incluindo: jato de areia para remoção de ferrugem, equipamentos de solda de precisão e sistemas de aplicação de revestimentos anticorrosivos.

5.12.2 A frequência e a sequência das etapas serão ajustadas conforme o cronograma, respeitando os tempos de secagem e cura dos materiais aplicados, com intervalos adequados entre as fases para garantir a qualidade do serviço.

5.13. **Acompanhamento pelo Fiscalizador da DAO:**

5.13.1 A DAO poderá realizar visitas técnicas à oficina da contratada para fiscalização e acompanhamento dos serviços de reforma do tanque, garantindo a conformidade com as especificações contratuais.

5.14. **Recebimento Final e Garantia:**

5.14.1 O recebimento do veículo após a conclusão dos serviços será formalizado mediante a vistoria conjunta descrita no item 5.8.5;

5.14.2 O fiscal ou servidor designado pela DAO aferirá a qualidade dos serviços executados e receberá o termo de garantia fornecido pela contratada, conforme exigido no contrato;

Local e horário da prestação dos serviços

5.15. Os serviços serão prestados em local próprio da empresa, devidamente equipado com ferramentas e mão de obra especializada. Os serviços serão acompanhados por fiscalizador ou outro

funcionário designado pela Divisão de Apoio Operacional, que deverá aferir os serviços e receber no ato da entrega do veículo a garantia dos serviços prestados.

Rotinas a serem cumpridas

5.16. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.17. Serão disponibilizadas no mínimo 01 (uma) viatura para realização dos serviços, sendo que a retirada deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo DAE, através de servidor da Divisão de Apoio Operacional.

5.18. O DAE será responsável por realizar o transporte dos veículos até a oficina da contratada, sendo todas as despesas com de transporte serão de responsabilidade do contratante.

Materiais a serem disponibilizados

5.19. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.20. É fundamental que a empresa possua pessoal qualificado e treinado para operar os equipamentos de forma eficaz e realizar os procedimentos de verificação de acordo com os padrões estabelecidos;

5.21. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR – publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

5.22. Norma ABNT NBR 16882:2020: Estabelece requisitos específicos para tanques de transporte de água potável, incluindo aspectos relacionados à construção, inspeção e manutenção. Ao reformar um tanque, é fundamental garantir a conformidade com essa norma, o que contribui para a segurança e qualidade da água transportada:

5.22.1. Norma ABNT NBR 14980:2019 trata de Máquinas e equipamentos rodoviários - Manutenção preventiva - Inspeção visual

5.22.2. Norma ABNT NBR 14942:2020 trata de tintas para sistemas de pintura de tubulações e equipamentos que transportam água potável.

5.22.3. NR 10, SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE Portaria MTPS nº 508, de 29 de abril de 2016;

5.22.4. ABNT NBR 5410/ 2008 - Instalações elétricas de baixa tensão;

5.22.5. NR-12, SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS Portaria MTb nº 3.214, de 08 de junho de 1978, Portaria SEPRT nº 916, de 30 de julho de 2019;

5.22.6. ABNT NBR ISO 8092-3:2006 Veículos rodoviários automotores - Conexões para chicotes de fiação elétrica embarcados Parte 3: Linguetas para conexões multipolares - Dimensões e requisitos específicos;

5.22.7. ABNT NBR ISO 8092-1:2006 Veículos rodoviários automotores - Conexões para chicotes de fiação elétrica embarcados Parte 1: Linguetas para conexões unipolares - Dimensões e requisitos específicos;

5.22.8. ABNT NBR 13418:1995 Cabos resistentes ao fogo para instalações de segurança - Especificação

5.23. O tanque deverá ser adesivado em ambas as laterais e na traseira, contendo, de forma visível e em destaque, os dizeres "ÁGUA POTÁVEL", em atendimento ao disposto na Resolução SS nº 177, de 30 de novembro de 2021, conforme modelo especificado no Apêndice do Termo de Referência.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.24. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.25. A descrição dos serviços apresentada no quadro do item 1 deste Termo de Referência é suficiente para o dimensionamento da proposta.

5.26. Todos os recursos, materiais, equipamentos, pessoal, técnicos e tecnológicos, e qualquer outro que seja necessário à consecução das atividades como estabelecidas neste Termo de Referências e seus manuais, deverá ser providenciado e fornecido pela CONTRATADA, sendo de sua inteira responsabilidade o correto levantamento e dimensionamento da proposta, com observância das legislações e normas aplicáveis.

Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.27. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 12 (doze) meses, sem limite de litragem, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, ou outro prazo em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor; se este for maior.

5.28. Durante esse período, a contratada estará obrigada a refazer os serviços, sem quaisquer ônus para o DAE. Na necessidade de Manutenção e/ou Assistência técnica fora do órgão, os custos de entrega e retirada do objeto para a execução dos serviços, tais como: diária de servidor, combustível, pedágios bem como, demais despesas que advirem serão suportadas pela contratante/contratada.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

a. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#) e Decreto Municipal nº 16.666, de 2023).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#))

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.9.1. A contratada se obriga a fazer a entrega técnica do(s) equipamento(s), por técnico capacitado, que realizará a explicação, demonstração e orientação quanto à manutenção e conservação do(s) mesmo(s), em data previamente agendada com o gestor do Contrato.

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao Serviço de Controladoria Financeira para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme o disposto neste item.

7.1.1. A contratada emitirá um certificado de conformidade, documentando que o tanque-pipa foi reformado de acordo com as especificações contratuais:

7.1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada

7.1.2.1. Não produzir os resultados acordados;

7.1.2.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.2.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto Municipal nº 16.666, de 2023);

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao Serviço de Controladoria Financeira para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.13. Dado o atesto / recebimento provisório da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.14.1. O prazo de validade;

7.14.2. A data da emissão;

7.14.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.14.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.14.5. O valor a pagar; e

7.14.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie

as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.16. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.22. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do atesto / recebimento provisório.

7.23. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.24. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (Decreto Municipal nº 16.600, de 24 de fevereiro de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

Qualificação Técnica

8.23. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.24. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.25. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.25.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.25.2. Atestados de capacidade técnica: Pelo menos um atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da proponente, comprovando a prestação de serviço compatível com o objeto desta licitação, qual seja, reforma de tanque pipa, demonstrando a execução de, sendo considerada compatível a quantidade de 50% do objeto licitado, em consonância com § 2º do Art. 67, §2º da Lei 14.133/2021.

8.25.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

8.25.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

8.25.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

Documentações complementares

8.26. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.26.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.26.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.26.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.26.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.26.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.27. Antecedendo a adjudicação do certame e a partir da solicitação do Pregoeiro, o licitante vencedor deverá encaminhar os documentos a seguir relacionados, via sistema e postados/protocolados em originais ou cópias autenticadas, se for o caso, no prazo de 3 (três) dias úteis, sob pena de desclassificação/inabilitação:

8.27.1 A adjudicatária deverá, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da convocação para assinatura do contrato, através da ferramenta Rotas do site Google Maps, comprovar a distância máxima de 250 (duzentos e cinquenta) quilômetros entre a localização de suas instalações físicas e o Centro de Manutenção, independentemente do trajeto.

8.28. Se, por ocasião da formalização da contratação, as certidões de regularidade fiscal e trabalhista estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

8.28.1. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para que no prazo de 2 (dois) dias úteis comprove as exigências referidas com os prazos de validade em vigência, sob pena da contratação não se realizar e serem aplicadas as penalidades legais cabíveis.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 428.875,61 (quatrocentos e vinte e oito mil, oitocentos e setenta e cinco reais e sessenta e um centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Departamento de Água e Esgoto de Bauru.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação: Ficha nº 1315.

- I) Gestão/Unidade: 05.01.05;
- II) Fonte de Recursos: 04.110.0000;
- III) Programa de Trabalho: 5002;
- IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – 17.

APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:

O Departamento de Água e Esgoto de Bauru (DAE) dispõe de uma frota significativa de veículos, máquinas e motocicletas, cuja operação é essencial para a realização de serviços fundamentais como o abastecimento de água e o saneamento básico. A gestão dessa frota é estruturada na aquisição e manutenção regular dos equipamentos, com o objetivo de garantir a continuidade e a eficiência das operações. O problema imediato identificado refere-se à reforma com pintura interna e externa dos tanques de caminhões pipa.

A contratação dos serviços visa à manutenção e adequação dos equipamentos para o atendimento às exigências técnicas e de segurança estabelecidas pela norma ABNT NBR 16882:2020. Tal norma especifica os requisitos necessários para garantir a integridade do transporte de água potável, assegurando a qualidade do serviço prestado e o cumprimento dos padrões legais de segurança e higiene.

O caminhão pipa, destinado ao transporte de grandes volumes de água, exerce papel fundamental em situações de desabastecimento e de atendimento emergencial em locais prioritários, como hospitais, escolas e demais estabelecimentos públicos. A utilização do caminhão para o transporte de água potável torna-se essencial em períodos de crise hídrica, como em estiagens prolongadas, viabilizando o atendimento a regiões e setores críticos, de modo a garantir o fornecimento temporário de água de forma rápida e segura.

A reforma dos tanques de transporte de água potável proporciona benefícios significativos à população, pois contribui diretamente para a preservação da qualidade da água transportada e para a continuidade do abastecimento em situações emergenciais. A atualização das condições internas e externas dos tanques é fundamental para evitar contaminações e preservar a segurança do serviço, assegurando que a água transportada atenda aos critérios de potabilidade e higiene necessários para consumo humano e utilização em atividades essenciais.

A realização deste serviço de reforma dos tanques é imprescindível para a administração pública, uma vez que a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos destinados ao transporte de água potável é essencial para a eficiência do atendimento emergencial, especialmente em casos de interrupções temporárias no fornecimento de água. Ademais, a reforma dos tanques contribui para a longevidade dos equipamentos, resultando em economia de recursos e minimizando a necessidade de contratações emergenciais.

Outros fatores que justificam a aquisição dos serviços de reforma incluem o cumprimento das normas técnicas aplicáveis, a preservação da saúde pública e a garantia da operacionalidade dos veículos para situações críticas de atendimento. Dessa forma, a medida reforça o compromisso da administração com a segurança, a qualidade e a continuidade dos serviços essenciais prestados à população, evitando interrupções e garantindo a prontidão do abastecimento de água em casos de necessidade.

Por fim, A solução escolhida prende-se ao fato de se trata de aquisição de bens comuns, ou seja, aqueles cujo padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme determina lei 14.133, de 01 de abril de 2021, capítulo III.

II - Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração:

O serviço está previsto no plano anual de compras e será atendida pela seguinte dotação:
Ficha orçamentária 1315 / Outros serviços de terceiros.

III - Requisitos da contratação:

A reforma deverá observar as disposições técnicas contidas nas normas ABNT NBR. A observância de tais normas garante a salubridade da água transportada, a segurança estrutural dos equipamentos e a conformidade com os padrões sanitários e operacionais vigentes.

Adicionalmente, devem ser observados os requisitos constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e a conformidade com as Normas Brasileiras (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), incluindo:

ABNT NBR 16882:2020, especialmente o item 4.1.5, que exige que a parte interna do tanque seja lisa, impermeável, construída ou revestida com material anticorrosivo, antioxidante e atóxico, não comprometendo a potabilidade da água;

ABNT NBR 14980:2019, com observância dos seguintes pontos técnicos:

- A.3.2.6: tratamento anticorrosivo com aplicação de tinta epóxi;
- A.3.3: integridade estrutural conforme limites estabelecidos por norma;
- A.3.4: execução de soldas conforme código ASME Seção IX;
- A.3.18.2: ensaio hidrostático e de estanqueidade.

ABNT NBR 14942:2020. Esta norma trata de tintas para sistemas de pintura de tubulações e equipamentos que transportam água potável.

NR 10, SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE Portaria MTPS nº 508, de 29 de abril de 2016;

ABNT NBR 5410/ 2008 - Instalações elétricas de baixa tensão;

NR-12, SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS Portaria MTb n.º 3.214, de 08 de junho de 1978, Portaria SEPRT n.º 916, de 30 de julho de 2019;

ABNT NBR ISO 8092-3:2006 Veículos rodoviários automotores - Conexões para chicotes de fiação elétrica embarcados Parte 3: Lingüetas para conexões multipolares - Dimensões e requisitos específicos;

ABNT NBR ISO 8092-1:2006 Veículos rodoviários automotores - Conexões para chicotes de fiação elétrica embarcados Parte 1: Lingüetas para conexões unipolares - Dimensões e requisitos específicos;

ABNT NBR 13418:1995 Cabos resistentes ao fogo para instalações de segurança - Especificação

A inspeção dos tanques não é obrigatória. Caso a empresa deseje inspecionar o local, a fim de obter qualquer informação que considere importante na formulação da proposta e estará disponível nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, nos períodos das 8h às 11h e das 13h às 16h, mediante agendamento prévio e acompanhamento de servidor designado pela Divisão de Apoio operacional.

A exigência de garantia contratual, prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, será dispensada, considerando que o objeto desta licitação consiste em serviços de reforma e pintura interna e externa de tanques de caminhões-pipa destinados ao transporte de água potável. Tal objeto não apresenta riscos significativos de inadimplemento que justifiquem a imposição de garantia, motivo pelo qual não será requerida nesta contratação.

Os pagamentos serão realizados no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega de cada equipamento. O fornecedor deve pertencer ao ramo de atividade compatível com o objeto contratado, estar a regular perante as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, o FGTS e a Justiça do Trabalho, além de não possuir registros de sanções impeditivas à contratação.

Quanto à qualificação técnica, será exigido pelo menos um atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviço compatível com o objeto desta licitação, correspondente à reforma de tanques de caminhões-pipa, sendo considerada compatível a quantidade de 50% do objeto licitado, em consonância com § 2º do Art. 67, §2º da Lei 14.133/2021.

A localização das instalações físicas¹ da Contratada não poderá distar mais de 250 (duzentos e cinquenta) quilômetros do Centro de Manutenção do DAE, situado na Avenida José Henrique Ferraz, Quadra 20, s/nº, Jardim Ouro Verde, CEP 17054-697, no Município de Bauru/SP. Essa distância será comprovada por meio do Google Maps®.

Verificou-se que a contratação de uma empresa situada além dessa distância estabelecida resultaria em um aumento excessivo dos custos para a Autarquia. Esse incremento se deve a despesas adicionais com combustível, pedágio e outras despesas associadas ao deslocamento.

A delimitação geográfica para contratação de empresa situada a, no máximo, 250 km do Centro de Manutenção do DAE encontra-se respaldada em critérios de eficiência logística, redução de custos operacionais e garantia da efetividade da fiscalização contratual.

¹ “instalações físicas” significa o estabelecimento físico e operacional da oficina, incluindo sua infraestrutura, equipamentos, ferramentas e condições de segurança e abrigo necessários para a execução dos serviços contratados.

A escolha do referido raio foi baseada na análise de viabilidade de deslocamentos regulares para entrega e retirada dos veículos, considerando os seguintes fatores:

- Custos estimados de combustível, pedágio e diárias de servidor, calculados com base em tabelas internas de deslocamento da Autarquia;
- Necessidade de retorno imediato dos veículos após a conclusão dos serviços, preferencialmente conduzidos pelo mesmo servidor;
- Possibilidade de deslocamentos frequentes de servidores responsáveis pela fiscalização técnica dos serviços;

Foram obtidos quatro orçamentos válidos, todos de empresas situadas dentro do raio de 250 km, cujos valores encontram-se compatíveis com a mediana de mercado e dentro da margem de aceitabilidade conforme Decreto Municipal nº 16.598/2023.

Embora não tenham sido recebidos orçamentos de empresas situadas fora do referido perímetro, estima-se, com base em simulações logísticas, que contratações além dessa distância acarretariam um incremento superior a 35% nos custos totais da operação, considerando o aumento das despesas acessórias.

Por tais razões, a fixação do limite geográfico visa à otimização da despesa pública, preservação da economicidade e efetivo acompanhamento da execução contratual, nos termos do art. 11, caput, da Lei nº 14.133/2021.

A distância também impacta diretamente no acompanhamento da execução contratual, uma vez que a fiscalização é realizada por servidor próprio da Autarquia. A contratação de empresa situada fora do perímetro estabelecido implicaria em aumento substancial de custos operacionais e no risco de comprometimento da fiscalização efetiva dos serviços.

Assim, a fixação do limite geográfico decorre de critério técnico objetivo, visando eficiência logística, redução de custos públicos e garantia de qualidade na execução contratual, nos termos do art. 11, caput, da Lei nº 14.133/2021.

Acrescenta-se ainda os seguintes motivos para a limitação da distância são:

- a) Economia de combustível (diesel) nos deslocamentos de retorno dos caminhões da oficina até o Centro de Manutenção do DAE em Bauru;
- b) Facilitação da logística de retorno do motorista com o caminhão após a conclusão dos reparos;
- c) Redução dos custos com combustível para o deslocamento do Fiscal do contrato, responsável por acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
- d) Dentro do limite de distância estabelecido, foram obtidos mais de três orçamentos de mercado, garantindo condições adequadas para a abertura da Licitação e a execução dos serviços solicitados;

e) Quanto menor a distância entre o Centro de Manutenção e a sede da empresa contratada, mais ágil será a execução dos serviços, minimizando os transtornos causados pela paralisação dos veículos envolvidos.

A seleção dos materiais deve considerar as condições de uso do tanque e a natureza do líquido a ser armazenado, de modo a assegurar a máxima proteção contra corrosão e vazamentos. Dentre os materiais incluem-se tintas anticorrosivas, revestimentos epóxi e materiais de soldagem de elevada resistência.

A descrição dos serviços contém todas as especificações necessárias para exata compreensão do objeto que se pretende adquirir. Neste ponto, todos os serviços a serem adquiridos obedecem a padronização usuais de mercados podendo ser facilmente fornecidos por uma grande quantidade de fornecedores locais, regionais e nacionais sem restrição do caráter competitivo do certame licitatório.

IV - Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala:

Não há Ata de Registro de Preço, contrato vigente ou material em estoque que atenda ao objeto desta contratação, nem registros de contratações correlatas ou interdependentes. Assim, verifica-se a necessidade de iniciar o processo de contratação específica para suprir a demanda em questão.

Adicionalmente, não há necessidade de contratações acessórias para a plena execução do objeto, pois os serviços propostos atendem integralmente às necessidades estabelecidas, considerando que os recursos requeridos serão supridos por meio da contratação ora proposta. Os quantitativos estimados para essa contratação foram determinados com base nas avaliações técnicas dos equipamentos, especificando-se as quantidades e a descrição detalhada dos serviços e peças a serem substituídas, as quais deverão ser genuínas e originais para garantir a conformidade e qualidade exigida

Os quantitativos apresentados consideram a totalidade da frota de caminhões-pipa em uso pelo órgão, bem como os históricos de manutenção preventiva e corretiva. Ao final dos serviços, os tanques reformados deverão estar em plena conformidade com as exigências das normas ABNT NBR 16882:2020 e ABNT NBR 14980:2019, garantindo sua aptidão para o transporte de água potável, conforme legislação vigente.

A relação dos serviços, veículos e os respectivo tanques de cada veículo encontra-se pormenorizada nos quadros abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANTID.
01	Referente à: serviço reforma tanque Pipa de 8.000 litros, para transporte de água potável, instalado nos veículos placas EOB-1876 conforme especificações no Termo de Referência / edital.	01
02	Referente à: serviço reforma tanque Pipa 8.000 litros, para transporte de água potável, instalado no veículo placas FBE-9909 conforme especificações no Termo de Referência / Edital.	01
03	Referente à: serviço reforma tanque Pipa 8.000 litros, para transporte de água potável, instalado no veículo placas FWV-7363 conforme especificações no Termo de Referência / Edital.	01

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANTID.
04	Referente à: serviço reforma tanque Pipa 15.000 litros, para transporte de água potável, instalado no veículo placas FED-4344 conforme especificações no Termo de Referência / edital.	01
05	Referente à: serviço reforma tanque Pipa 15.000 litros instalado no veículo placas FED-4354, para transporte de água potável, conforme especificações no Termo de Referência / edital.	01
06	Referente à: serviço reforma tanque Pipa 15.000 litros, para transporte de água potável, instalado no veículo placas FWI-5265 conforme especificações no Termo de Referência / edital.	01
07	Referente à: serviço reforma tanque Pipa 15.000, litros, para transporte de água potável, instalado no veículo placas FWR-1096 conforme especificações no Termo de Referência / edital.	01

Detalhamento dos serviços:

Serviço de Reforma Tanque Pipa 8.000lts – Placa EOB-1876:	
Descrição dos serviços	Qtd.
Serviço de substituição de registro de 2" – 05 unidades; (Tanque de 8m³)	01
Serviço de execução de jateamento e pintura interna e externa do tanque (Tanque de 8m³)	01
Serviço de substituição de registro de 1" – 01 unidade (Tanque de 8m³)	01
Serviço de substituição de engate tipo Storz (Tanque de 8m³)	01
Serviço de readequação do sistema elétrico (Tanque de 8m³)	01
Serviço de substituição de lanterna de sinalização (Tanque de 8m³)	01
Serviço de instalação de dois faróis de LED para operações noturnas (Tanque de 8m³)	01
Serviço de substituição de manômetro da linha de pressão da bomba (Tanque de 8m³)	01
Serviço de instalação de visor de nível do tanque de água com mangueira transparente de 1" na parte traseira do tanque (Tanque de 8m³)	01
Serviço de revisão do sistema pneumático (Tanque de 8m³)	01
Serviço de Reforma Tanque Pipa 8.000lts – Placa FBE-9909:	
Descrição dos serviços	Qtd.
Serviço de substituição de registro de 2" – 05 unidades; (Tanque de 8m³)	01
Serviço de execução de jateamento e pintura interna e externa do tanque (Tanque de 8m³)	01
Serviço de substituição de registro de 1" – 01 unidade (Tanque de 8m³)	01
Serviço de substituição de engate tipo Storz (Tanque de 8m³)	01
Serviço de readequação do sistema elétrico (Tanque de 8m³)	01
Serviço de substituição de lanterna de sinalização (Tanque de 8m³)	01
Serviço de instalação de dois faróis de LED para operações noturnas (Tanque de 8m³)	01
Serviço de substituição de manômetro da linha de pressão da bomba (Tanque de 8m³)	01
Serviço de instalação de visor de nível do tanque de água com mangueira transparente de 1" na parte traseira do tanque (Tanque de 8m³)	01
Serviço de revisão do sistema pneumático (Tanque de 8m³)	01
Serviço de Reforma Tanque Pipa 8.000lts – Placa FWV-7363:	
Descrição dos serviços	Qtd.
Serviço de substituição de registro de 2" – 05 unidades; (Tanque de 8m³)	01
Serviço de execução de jateamento e pintura interna e externa do tanque (Tanque de 8m³)	01
Serviço de substituição de registro de 1" – 01 unidade (Tanque de 8m³)	01
Serviço de substituição de engate tipo Storz (Tanque de 8m³)	01

Serviço de readequação do sistema elétrico (Tanque de 8m³)	01
Serviço de substituição de lanterna de sinalização (Tanque de 8m³)	01
Serviço de revisão do sistema pneumático (Tanque de 8m³)	01
Serviço de instalação de visor de nível do tanque de água com mangueira transparente de 1" na parte traseira do tanque (Tanque de 8m³)	01
Referente à: serviço reforma tanque Pipa 15.000lts – Placa FED-4344	
Descrição dos serviços	Qtd.
Serviço de execução de jateamento e pintura interna e externa do tanque (Tanque de 15m³)	01
Serviço de substituição de registro 2.1/2" – 06pç; (Tanque de 15m³)	01
Serviço de substituição de registro 1.1/2" – 01pç; (Tanque de 15m³)	01
Serviço de substituição de 06 unidades de lanternas e 02 unidades de faróis de neblina LED (Tanque de 15m³)	01
Serviço de instalação de visor de nível do tanque de água com mangueira transparente de 1" na parte traseira do tanque (Tanque de 15m³)	01
Referente à: serviço reforma tanque Pipa 15.000lts – Placa FED-4354	
Descrição dos serviços	Qtd.
Serviço de execução de jateamento e pintura interna e externa do tanque (Tanque de 15m³)	01
Serviço de substituição de registro 2.1/2" – 06pç; (Tanque de 15m³)	01
Serviço de substituição de registro 1.1/2" – 01pç; (Tanque de 15m³)	01
Serviço de instalação de visor de nível do tanque de água com mangueira transparente de 1" na parte traseira do tanque (Tanque de 15m³)	01
Serviço de substituição de 06 unidades de lanternas e 02 unidades de faróis de neblina LED (Tanque de 15m³)	01
Referente à: serviço reforma tanque Pipa 15.000lts – Placa FWI-5265	
Descrição dos serviços	Qtd.
Serviço de execução de jateamento e pintura interna e externa do tanque (Tanque de 15m³)	01
Serviço de substituição de registro 2.1/2" – 06pç; (Tanque de 15m³)	01
Serviço de substituição de registro 1.1/2" – 01pç; (Tanque de 15m³)	01
Serviço de instalação de visor de nível do tanque de água com mangueira transparente de 1" na parte traseira do tanque (Tanque de 15m³)	01
Serviço de substituição de 06 unidades de lanternas e 02 unidades de faróis de neblina LED (Tanque de 15m³)	01
Referente à: serviço reforma tanque Pipa 15.000lts – Placa FWR-1096	
Descrição dos serviços	Qtd.
Serviço de troca de para-choque traseiro (Tanque de 15m³)	01
Serviço de substituição de registro 2" – 05pç (Tanque de 15m³)	01
Serviço de substituição de registro 3" – 01pç (Tanque de 15m³)	01
Serviço de substituição de registro 1" – 01pç (Tanque de 15m³)	01
Serviço de instalação de visor de nível do tanque de água com mangueira transparente de 1" na parte traseira do tanque (Tanque de 15m³)	01
Serviço de execução de jateamento e pintura interna e externa do tanque (Tanque de 15m³)	01

Relação de Tanques

Item	Quant	Unid	Descrição	Marca	Modelo	Ano de fabricação
01	01	Unid.	Tanque pipa com capacidade 8.000 litros - viat. 163 placas: EOB-1876	LDA	MULT 8	2012

Item	Quant	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	Ano de fabricação
02	01	Unid.	Tanque pipa com capacidade 8.000 litros - viat. 227 placas: FWV-7363	IMPACTO	ITAIPU 8	2014
03	01	Unid.	Tanque pipa com capacidade 8.000 litros - viat. 240 placas: FBE-9909	IMPACTO	ITAIPU 8	2016
04	01	Unid.	Tanque pipa com capacidade 15.000 litros - viat. 217 placas: FED-4344	LDA	MULT 15	2014
05	01	Unid.	Tanque pipa com capacidade 15.000 litros - viat. 229 placas: FWI-5265	IMPACTO	ITAIPU 15	2014
06	01	Unid.	Tanque pipa com capacidade 15.000 litros - viat. 218 placas: FED-4354	LDA	MULT 15	2014
07	01	Unid.	Tanque pipa com capacidade 15.000 litros - viat. 228 placas: FWR-1096	IMPACTO	ITAIPU	2014

Relação entre os tanques instalados e os respectivos veículos.

Item	Qtde. / Serviço	Capacidade do Tanque	Ano de fabricação	Veículo	Marca	Modelo	Chassis nº:
01	01	8.000	2012/2013	Viatura nº 163	IVECO	TECTOR 170E22	93ZA1RGH0D8921370
02	01	15.000	2013	Viatura nº 217	FORD	CARGO 1723 EL5 C	9BFYEAL1DBS52325
03	01	15.000	2013	Viatura nº 218	FORD	CARGO 2429E	9BFYEAL5DBS55440
04	01	8.000	2014/2015	Viatura nº 227	FORD	CARGO1723EL	9BFYEAHD0FBS79499
05	01	15.000	2014/2015	Viatura nº 228	FORD	CARGO 2429 EV46 S	9BFYEAL0EBS70767
06	01	15.000	2014/2015	Viatura nº 229	FORD	CARGO 2429 EV46 S	9BFYEAL4EBS65457
07	01	8.000	2015	Viatura nº 240	VW	1723	9356G8245HR703942

V - Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar:

Comparação das Soluções Existentes: Com o objetivo de subsidiar a decisão entre a reforma e a aquisição de novos tanques, foi protocolado o Processo nº 2308/2024, que analisou a viabilidade comparativa entre a manutenção dos tanques-pipa existentes e a compra de novos. O estudo resultou em um quadro comparativo que mensura os custos de cada solução, evidenciando que a reforma dos tanques é a alternativa mais viável, levando em consideração fatores técnicos e econômicos.

Consulta e Diálogo com Potenciais Contratadas: No que se refere à realização de consulta, audiência pública ou diálogo com potenciais contratadas para a coleta de contribuições, conclui-se que a audiência pública não se faz necessária, visto que a contratação dos serviços é uma transação comum de natureza comercial simples. A ausência de complexidade no processo permite a tomada de decisão sem a necessidade de um amplo debate público, assegurando agilidade e eficiência na contratação.

Escolha da Melhor Alternativa: A conclusão do processo evidencia que a reforma dos tanques se configura como a alternativa mais viável, considerando os aspectos técnicos e econômicos envolvidos. Tal decisão reflete um compromisso com a eficiência financeira e a otimização dos recursos disponíveis, garantindo que as operações continuem de maneira eficaz e sustentável.

VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte:

A pesquisa de preço foi realizada conforme as diretrizes do Decreto Municipal nº 16.598 de 24 de fevereiro de 2023, utilizando composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente. A coleta de orçamentos foi conduzida por meio de solicitação formal de cotação de preços junto aos fornecedores, garantindo que atendessem às características e exigências do departamento.

Foi anexo 4 orçamentos de empresas do ramo. A escolha dos fornecedores foi baseada em sua especialização no ramo de comércio do objeto do processo, assegurando a capacidade de fornecer produtos que atendam às necessidades técnicas e de qualidade estipuladas pelo departamento.

Não foi possível realizar a pesquisa de preço público em sites de compras e oriundos de aquisições de outros órgãos, que atenda a todos os itens solicitados nas mesmas características e exigências pretendidas pelo departamento. A cotação depende de fatores específicos, como tipo de serviço, modelo e ano de fabricação do equipamento não sendo possível encontrar uma pesquisa de preço que corresponda com as características dos serviços a serem adquiridos.

VII - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso: (considerar a totalidade do encargo - apresentar justificativa quando não contemplar).

A solução proposta atende integralmente às exigências legais e aos critérios de custo-benefício, considerando as especificidades do objeto licitado. A manutenção dos equipamentos requer mão de obra qualificada e o uso de ferramentas especializadas, garantindo a execução adequada das atividades contratadas.

Para a habilitação nas licitações e, no que couber, nas contratações diretas, a elaboração do termo de referência e do edital deverão observar as regras e documentação constantes no Capítulo VI do Título II da Lei Federal nº 14.133, de 2021. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, conforme o artigo 105 da referida lei. A subcontratação do objeto contratual não será admitida.

A vigência contratual de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato, justifica-se pela necessidade de organização logística interna da Autarquia, tendo em vista que a entrega dos caminhões-pipa nas instalações da contratada será realizada exclusivamente por servidores do DAE, conforme disponibilidade operacional. A execução dos serviços será feita de forma escalonada e contínua, priorizando a manutenção da operação da frota e evitando a paralisação simultânea de múltiplas viaturas.

Ademais, a previsão de vigência possibilita flexibilidade quanto à programação dos serviços, especialmente diante de eventuais intercorrências, disponibilidade de veículos por parte da Administração, necessidades logísticas ou ajustes no cronograma de reformas ou indisponibilidade momentânea de servidores condutores. Portanto, a manutenção da vigência contratual no prazo máximo legalmente permitido (art. 105 da Lei nº 14.133/2021) visa garantir segurança jurídica, planejamento adequado e continuidade dos serviços essenciais, sem necessidade de aditivos para prorrogação do prazo.

- Condições de Execução

Execução do Objeto

A execução do objeto observará os seguintes procedimentos:

- **Notificação e Agendamento do Serviço:**

A contratada será notificada sobre a necessidade de reforma do tanque-pipa, devendo agendar o serviço conforme o Termo de Referência e o contrato. A execução ocorrerá nas instalações da contratada, que deverão dispor de ferramentas adequadas e mão de obra especializada.

- **Entrega e Guarda do Veículo:**

O contratante será responsável pela entrega do caminhão-pipa na oficina, conforme o agendamento. A contratada assumirá a guarda e os riscos de danos ao veículo durante a execução do serviço.

Será entregue apenas um veículo por vez, procedendo-se à retirada daquele cujo tanque já esteja pronto e, em seguida, à entrega de outro para execução do serviço. Tal procedimento poderá ser alterado em razão da disponibilidade dos veículos

- **Etapas da Reforma:**

A reforma do tanque-pipa compreenderá limpeza, inspeção detalhada, reparo de rachaduras, tratamento anticorrosivo, pintura e acabamento final.

- **Garantia de Execução e Subcontratação:**

A licitação não permite subcontratações, o que reforça a necessidade de proximidade geográfica e maior controle sobre a execução do objeto.

Tecnologias e Ferramentas Utilizadas

- Serão empregados jato de areia, solda de precisão e revestimentos anticorrosivos, respeitando o cronograma de etapas e os tempos de cura dos materiais.

Acompanhamento pelo Fiscalizador

- O DAE acompanhará a execução mediante diligências e inspeções periódicas.

Entrega e Garantia

- Após a conclusão dos serviços, será realizada uma inspeção final para verificar a conformidade e qualidade. A retirada do veículo será acompanhada pela assinatura do termo de recebimento e a garantia mínima será de 12 meses.

Local e Horário de Execução

- Os serviços ocorrerão exclusivamente nas instalações da contratada, que devem estar adequadas para as atividades e sujeitas à fiscalização do contratante.

Rotinas e Materiais

- O transporte do veículo será realizado pelo contratante, e todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução serão fornecidos pela contratada, observando as normas da ABNT, INMETRO e a Resolução SS nº 17/2021.
- Modelo de Gestão do Contrato

Execução e Comunicação

- O contrato será executado conforme a Lei nº 14.133/2021, com comunicações documentadas entre as partes e possibilidade de prorrogação em caso de impedimentos.

Fiscalização e Entrega Técnica

- A fiscalização será exercida por agentes designados pelo DAE, que registrarão todas as ocorrências. Ao término, a contratada fornecerá uma entrega técnica, incluindo orientações sobre a manutenção dos equipamentos.
- Critérios de Medição e Pagamento
- O pagamento será efetuado em até 30 dias após a entrega de cada equipamento, condicionado à apresentação de nota fiscal detalhada e aprovação do fiscal técnico.
- Seleção do Fornecedor
- A contratação ocorrerá mediante pregão eletrônico pelo critério de menor preço, sob o regime de empreitada por preço global, garantindo previsibilidade de custos e alinhamento com o objeto contratado.

Esse modelo detalhado de execução e gestão assegura conformidade legal, eficiência operacional e controle de qualidade em todas as fases contratuais. Por suas características, não há necessidade de procedimentos de transição ao término da contratação.

- Plotagem: A plotagem com os dizeres “ÁGUA POTÁVEL” deverá estar presente nas laterais e traseira do tanque, conforme item 4.1.5(f) da ABNT NBR 16882:2020

Especificações Técnicas Detalhadas

A. Serviço de Execução de Jateamento e Pintura Interna e Externa do Tanque

I. Jateamento Interno do Tanque:

- Será realizado jateamento com granalha de aço para remoção de toda a impureza da chapa.
- Limpeza da chapa com escova de aço para retirada de toda a granalha.
- O jateamento abrasivo será ao metal, conforme norma SSPC-SP-10 (Near-White Metal Blast Cleaning) com padrão visual SIS 05.5900 SA 2.1/2.

II. Pintura Interna do Tanque (para Água Potável):

- Fundo Epóxi: Aplicação de uma demão de tinta de fundo epóxi HB de alta espessura, cromato de zinco, com camada de película seca de 120 micra. Esta tinta deverá ser atóxica e certificada para contato com água potável, conforme normas ABNT NBR 14942 ou equivalentes, com Certificação Sanitária da ANVISA.
- Acabamento Epóxi: Aplicação de tinta de acabamento Epóxi alcatrão HB de alta espessura, com camada de película seca de 120 micra. Esta tinta também deverá ser atóxica e certificada para contato com água potável, conforme normas ABNT NBR 14942 ou equivalentes, com Certificação Sanitária da ANVISA.

III. Jateamento Externo do Tanque:

- Jateamento externo com granalha de aço para retirada de toda a tinta velha.
- Jateamento abrasivo ao metal quase branco, conforme norma SSPC-SP-10 (Near-White Metal Blast Cleaning) com padrão visual SIS 05.5900 SA 2.1/2.

IV. Pintura Externa do Tanque:

- Desamassar Lateral do Tanque (Lado Motorista): Onde aplicável. (Este serviço é específico para o tanque de 15.000lts – Placa FWR-1096).
- Fundo PU: Aplicação de uma demão de fundo “PU” (Primer Epóxi) com camada de película seca de 30 micra. Este primer deve oferecer excelente aderência e propriedades anticorrosivas.
- Tinta PU (Acabamento): Aplicação de duas demãos de tinta “PU” na cor branco. A tinta PU deverá ser um poliuretano acrílico alifático bicomponente, de alto brilho, com excelente retenção de

cor, resistente a intempéries, abrasão e produtos químicos. A indicação de cor azul, conforme solicitado, será aplicada apenas nas faixas refletivas e na plotagem de "ÁGUA POTÁVEL", não sendo a cor geral de acabamento do tanque.

B. Readequação e Instalação Elétrica

- Readequação do Sistema Elétrico: A readequação envolve a revisão, reparo e/ou substituição de componentes existentes, garantindo que o sistema elétrico do veículo esteja em conformidade com as normas vigentes. Não se trata de uma instalação elétrica totalmente nova, mas sim de uma otimização e padronização.
- Especificação da Fiação Elétrica:
 - Cabos: Fiação de cobre flexível, com isolamento em PVC ou XLPE (polietileno reticulado), com bitolas adequadas à corrente elétrica de cada circuito, conforme a carga dos equipamentos.
 - Proteção: Cabos protegidos por conduítes flexíveis ou rígidos, resistentes a intempéries, vibrações e abrasão.
 - Conectores: Conectores selados e resistentes à umidade.
- Norma para Instalação Elétrica: A instalação elétrica deverá seguir rigorosamente as normas ABNT NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão) e a ABNT NBR 14041 (Veículos Rodoviários - Instalações Elétricas), além de qualquer legislação específica para veículos de transporte de carga.
- Faróis de LED para Operações Noturnas (Tanques 8.000L - EOB-1876 e FBE-9909):
 - Especificações: Dois faróis de LED para operações noturnas. Estes faróis devem ter potência mínima de 20W (watts) cada, temperatura de cor entre 5000K e 6500K (luz branca fria), certificação IP67 (resistência à água e poeira), tamanho adequado à instalação original e um mínimo de 5 LEDs por farol.
- Faróis de Neblina LED (Tanques 15.000L - FED-4344, FED-4354 e FWI-5265):
 - Especificações: Dois faróis de neblina LED. Faróis de neblina são projetados para melhorar a visibilidade em condições adversas (neblina, chuva, poeira) e devem emitir um feixe de luz amplo e baixo. Devem possuir potência e características luminosas adequadas para esta finalidade, com certificação IP67.
- Substituição de Lanterna de Sinalização (Tanques 8.000L - EOB-1876, FBE-9909 e FWV-7363):
 - A substituição da lanterna de sinalização será feita por modelo similar ou idêntico ao original, garantindo a compatibilidade com o sistema elétrico e as normas de sinalização veicular (Resolução CONTRAN 692/2017 e Portaria DENATRAN 152/2022). Será priorizada a tecnologia LED para maior durabilidade e menor consumo de energia.

C. Sinalização e Identificação (Plotagem)

- Faixas Refletivas:
 - Locais: As faixas refletivas serão aplicadas nas laterais e na traseira do tanque, conforme as especificações da Resolução CONTRAN nº 692/2017 e suas atualizações, garantindo a visibilidade do veículo.
 - Quantidade: A quantidade será determinada pela legislação vigente e a extensão do tanque, garantindo o devido contorno e sinalização.
 - Especificação do Adesivo: O adesivo a ser aplicado será do tipo película refletiva de alta intensidade prismática (Grau Engenharia ou Superior), com vida útil mínima de 7 anos, certificação INMETRO e conformidade com as normas da ABNT NBR 14644:2021.
- Plotagem "ÁGUA POTÁVEL":
 - Especificação: A plotagem com os dizeres "ÁGUA POTÁVEL" deverá estar presente nas laterais e na traseira do tanque, em conformidade com o item 4.1.5(f) da ABNT NBR 16882:2020 e a Resolução SS nº 177, de 30 de novembro de 2021.
 - Cor e Localização: A inscrição "ÁGUA POTÁVEL" deverá ser confeccionada em adesivo vinílico de alta performance, com recorte eletrônico, utilizando fonte Arial Black em letras maiúsculas. O ajuste do tamanho da fonte e a disposição do texto em duas ou mais linhas serão permitidos, desde que respeitadas as dimensões máximas especificadas nas normas ABNTe garantida a clareza e legibilidade da inscrição.
 - Nas laterais: visível em 50% da extensão horizontal do tanque.
 - Na traseira: visível em 80% da extensão horizontal do tanque.
 - Informações Adicionais (Traseira): Também incluirá nome, endereço, telefone, e-mail da empresa, licença sanitária (LS Nº. CEVS), município da licença e data de validade.

D. Outros Componentes e Revisões

- Registros (Válvulas):
 - Especificação: Construído em latão cromado, rosca gás (BS), acionamento por alavanca de aço, temperatura de trabalho -20°C a 110°C, pressão máxima de trabalho 25 bar (PN25) à 80°C.
- Manômetro da Linha de Pressão da Bomba (Tanques 8.000L - EOB-1876 e FBE-9909):
 - Especificação: MANÔMETRO DN63 2.1/2" VERT C/GLC ¼ NPT INOX 0/21 KGF 0/300PSI

- Visor de Nível do Tanque de Água (com Mangueira Transparente de 1" na Parte Traseira):
 - Especificação: Mangueira transparente de 1" de diâmetro, resistente a raios UV e abrasão, com conexões seguras que garantam a vedação e a visibilidade do nível de água no tanque.
- Revisão do Sistema Pneumático:

A revisão do sistema pneumático compreende a inspeção completa e funcional de todos os componentes relacionados (válvulas, mangueiras, conexões, compressor, reservatório de ar e secador de ar), com a finalidade de identificar e corrigir vazamentos, substituir peças desgastadas e garantir o funcionamento adequado dos sistemas de freio e outros que dependam de ar comprimido no veículo

VIII - Justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

Seguindo o contido no §2º do Art. 40 da Lei nº 14.133/2021, que trata acerca da aplicação do princípio do parcelamento às compras públicas, julga-se inviável o PARCELAMENTO da solução em epígrafe, como se segue:

Os objetos foram reunidos em um único lote composto por dois itens distintos, considerando suas dimensões e particularidades. As diferenças nas capacidades dos tanques-pipa influenciam diretamente os valores unitários, sendo que tanques de maior capacidade demandam custos proporcionalmente mais elevados para a execução dos serviços.

A consolidação dos tanques-pipa em um único lote busca padronizar a qualidade dos serviços prestados e evitar a execução por fornecedores distintos, prevenindo variações na qualidade. A licitação em lote único apresenta-se como alternativa mais eficiente do ponto de vista técnico, pois possibilita a execução integral por um único fornecedor, simplificando a gestão contratual, reduzindo a complexidade logística e assegurando uniformidade nos produtos e serviços entregues.

A centralização do fornecimento elimina atrasos e variações de qualidade frequentemente associados à execução por múltiplos fornecedores, promovendo maior eficácia na gestão e garantindo uniformidade nos produtos entregues.

A ausência de padronização poderia gerar custos adicionais para monitoramento da qualidade, além de aumentar os riscos de descontinuidade na prestação dos serviços, comprometendo a qualidade final e a eficiência na aplicação dos recursos públicos destinados à contratação.

IX - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis:

A reforma dos tanques-pipa para transporte de água potável constitui uma medida estratégica, com impactos significativos na eficiência operacional e na sustentabilidade da Autarquia. Os principais benefícios são:

- a) **Redução de Custos de Manutenção:** A modernização reduz gastos recorrentes com reparos por meio da substituição de componentes desgastados e atualização dos equipamentos, assegurando operações mais econômicas e sustentáveis a longo prazo.
- b) **Otimização do Consumo de Insumos:** A adequação dos tanques às normas vigentes e o uso de tecnologias avançadas tornam o consumo de produtos químicos e de limpeza mais eficiente, promovendo economia e racionalidade operacional.
- c) **Prevenção de Despesas Extras:** Tanques em boas condições reduzem a ocorrência de incidentes e falhas, evitando gastos emergenciais e garantindo maior previsibilidade orçamentária.
- d) **Maximização da Eficiência Operacional:** A reforma aumenta a capacidade de transporte, reduz paradas para manutenção e eleva a produtividade, permitindo atendimento eficaz e pontual às demandas.
- e) **Longevidade do Investimento:** A modernização amplia a vida útil dos equipamentos, garantindo que os recursos financeiros empregados resultem em benefícios duradouros e sustentáveis.
- f) **Sustentabilidade Ambiental:** Tanques adequados minimizam desperdícios e impactos ambientais, alinhando as operações às diretrizes de responsabilidade ambiental e fortalecendo práticas sustentáveis.
- g) **Fortalecimento da Imagem Institucional:** A modernização evita falhas, paralisações e atrasos na prestação de serviços, preservando a segurança e a eficiência das operações, além de reforçar a credibilidade da administração.

A não realização da reforma pode gerar aumento nos custos de manutenção, desperdício de insumos e despesas extras, comprometendo a eficiência operacional e resultando na insatisfação da população. Adicionalmente, o descumprimento de práticas sustentáveis pode ocasionar penalidades legais e prejudicar a relação com a comunidade. Assim, a reforma é indispensável para garantir a continuidade das operações, assegurar viabilidade econômica e promover responsabilidade social.

X - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual:

Considerando o escopo da contratação, não haverá necessidade de adequações físicas no ambiente do Departamento. Também não há necessidade de capacitação dos servidores envolvidos na fiscalização e gestão contratual.

Os veículos serão liberados parceladamente, dependendo da disponibilidade, para que não haja prejuízos nos serviços prestados para a população.

Número de Parcelas para Lançamento no Sistema SMARPD: Em razão do número de tanques envolvidos na contratação e considerando a natureza sequencial da execução dos serviços — um veículo por vez —, foi definido o lançamento de 7 (sete) parcelas no sistema Smarpd, cada uma correspondente à reforma de um veículo.

XI - Contratações correlatas e/ou interdependentes:

Não há, nem estão previstas, contratações correlatas ou interdependentes.

XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável:

A contratada deve atender aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na legislação vigente, embora não haja previsão de impactos ambientais para o Departamento. A contratada é responsável por quaisquer danos causados ao Departamento, a terceiros, ao meio ambiente ou à propriedade, resultantes da execução dos serviços ou do comportamento de seus funcionários durante a prestação do serviço, arcando com os custos de ressarcimento ou indenização decorrentes desses danos, sem ônus para o Departamento.

De acordo com a Lei 14.133/21 e a NBR 16882:2020, além de princípios de sustentabilidade, as seguintes medidas devem ser adotadas:

A. Gestão de resíduos:

- Coleta seletiva: Separar os resíduos em categorias para facilitar a reciclagem e o descarte adequado.
- Logística reversa: Estabelecer um sistema para o recolhimento e destinação final de resíduos, incluindo peças e componentes substituídos.
- Tratamento e disposição final: Os resíduos perigosos devem ser tratados e dispostos em locais licenciados, de acordo com a legislação ambiental.

B. Eficiência energética:

- Equipamentos eficientes: Utilizar equipamentos com baixo consumo de energia, como ferramentas elétricas com motores eficientes e iluminação LED.
- Gestão da energia: Implementar práticas de gestão da energia, como desligar equipamentos quando não estiverem em uso e otimizar a iluminação.

C. Uso de materiais sustentáveis:

- Materiais reciclados: Priorizar o uso de materiais reciclados, como aço e alumínio.
- Tintas e revestimentos ecologicamente corretos: Utilizar tintas à base de água e revestimentos com baixo teor de compostos orgânicos voláteis (COVs).
- Madeira certificada: Caso seja necessário utilizar madeira, optar por madeiras certificadas provenientes de florestas manejadas de forma sustentável.

D. Prevenção da poluição:

- Contenção de derramamentos: Utilizar barreiras de contenção para evitar o derramamento de líquidos e a contaminação do solo e da água.
- Tratamento de efluentes: Tratar os efluentes líquidos gerados durante a reforma antes de seu descarte.

E. Minimização de ruído e vibração:

- Equipamentos silenciosos: Utilizar equipamentos com baixo nível de ruído e vibração.
- Horários: Realizar as atividades mais ruidosas em horários permitidos por lei e com menor impacto sobre a comunidade.

F. Logística reversa para desfazimento e reciclagem:

- Planejamento: Elaborar um plano de logística reversa para o desfazimento e reciclagem de todos os componentes do tanque, incluindo a própria estrutura.
- Parcerias: Estabelecer parcerias com empresas especializadas em reciclagem para garantir a destinação final adequada dos materiais.

Em resumo, a reforma de tanques para transporte de água potável deve ser conduzida de forma sustentável, minimizando os impactos ambientais e garantindo a qualidade da água. A adoção das medidas mitigadoras apresentadas, aliada ao cumprimento da legislação e das normas técnicas, é essencial para alcançar esses objetivos.

XIII - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina:

A contratação de que trata o presente instrumento se mostra viável na medida em que a solução apontada atende plenamente as necessidades da Autarquia e está perfeitamente adequada ao mercado, visto que as condições e exigências previstas não restringem a competitividade entre as empresas.

Certificamos o atendimento dos requisitos estabelecidos no Art. 4º do Decreto Municipal nº 13431/2017.

Bauri, 25/02/2026.

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO E TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO TCE/SP

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAURU

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE
BAURU, POR INTERMÉDIO DO(A)
E

O Departamento de Água e Esgoto de Bauru, por intermédio do(a) (órgão contratante), com sede na Rua Padre João, nº 11-25, na cidade de Bauru/SP, inscrito no CNPJ sob o nº 46.139.952/0001-91, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Administrativo, Sr. João Carlos Viegas da Silva, nomeado pelo Decreto Municipal nº 18.633, de 23 de julho de 2025, publicado no DOMB de 24 de julho de 2025, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 9706/2024 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 041/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de reforma com pintura interna e externa dos tanques de caminhões pipa destinados ao transporte de água potável, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	Procedência	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. O DAE designa como ÓRGÃO GESTOR a Divisão de Apoio Operacional, que terá a incumbência de efetivar todos os atos de gestão atinentes ao objeto, bem como quaisquer outras adequações para o seu fiel cumprimento:

3.2.1. O DAE designa como Gestor do Contrato o Sr. Anderson Mariano da Cunha, matrícula 103.227, e seu substituto o Sr. Davi Erba, matrícula 103.295;

3.2.2. O DAE designa como Fiscal do Contrato o(a) Davi Erba, matrícula 103.295, e seu substituto o(a) Sr(a). Anderson Mariano da Cunha, matrícula 103.227;

3.2.3. O(s) Gestor(es) e Fiscal(is) do Contrato por parte do DAE exercerá(ão) as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 16.666, de 27/03/2023.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO ([art. 92, V](#))

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários,

fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/01/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Contrato e seus Anexos;

- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na Lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Divisão de Assuntos Jurídicos para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.10. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês;
- 8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus Anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do Contrato;
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do Contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do Contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato;

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em Lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que

eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O Contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

- 11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do Contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

- 12.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Multa:**
 - 1. Moratória de 0,021% (zero vírgula zero vinte e um por cento) por hora de atraso **E/OU** 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

- i. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “a” a “h” do subitem 12.1, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa

jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.10. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do Contrato referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.6. O Contrato poderá ser extinto caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Departamento de Água e Esgoto de Bauru deste exercício, na dotação abaixo discriminada: Ficha nº 1315.

14.1.1. Gestão/Unidade: 05.01.05;

14.1.2. Fonte de Recursos: 04.110.0000;

14.1.3. Programa de Trabalho: 5002;

14.1.4. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – 17.

14.1.5. Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Bauru/SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante Legal do CONTRATANTE

Representante Legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

CONTRATANTE: _____
CONTRATADA: _____
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____
OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o Artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

RESPONSÁVEL QUE ASSINA O AJUSTE PELO CONTRATANTE:

Nome: _____ Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO AJUSTE PELA CONTRATADA:

Nome: _____ Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DO CONTRATANTE:

Nome: _____ Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO:

Nome: _____ Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELA DIVISÃO REQUISITANTE:

Nome: _____ Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

GESTOR(A) DO CONTRATO:

Nome: _____ Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

GESTOR(A) SUBSTITUTO(A):

Nome: _____ Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO:

Nome: _____ Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELA DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS:

Nome: _____ Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Nome da Empresa:

Endereço Completo:

Cidade:

Estado:

Telefone:

CEP:

E-mail: (oficial para as solicitações e comunicações)

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Banco:

Conta Corrente:

Agência:

Cidade:

Conforme estipulado no Edital do **Pregão Eletrônico nº 041/2026 - DAE**, propomos:

GRUPO Nº 01 – Itens 01 ao 07

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
01	SERVIÇO REFORMA TANQUE PIPA 8.000 LITROS INSTALADO NOS VEÍCULOS PLACAS EOB-1876, conforme especificações no Anexo I do Edital.	SRV	01		
02	SERVIÇO REFORMA TANQUE PIPA 8.000 LITROS INSTALADO NO VEÍCULO PLACAS FBE-9909, conforme especificações no Anexo I do Edital.	SRV	01		
03	SERVIÇO REFORMA TANQUE PIPA 8.000 LITROS INSTALADO NO VEÍCULO PLACAS FWV-7363, conforme especificações no Anexo I do Edital.	SRV	01		
04	SERVIÇO REFORMA TANQUE PIPA 15.000 LITROS INSTALADO NO VEÍCULO PLACAS FED-4344, conforme especificações no Anexo I do Edital.	SRV	01		
05	SERVIÇO REFORMA TANQUE PIPA 15.000 LITROS INSTALADO NO VEÍCULO PLACAS FED-4354, conforme especificações no Anexo I do Edital.	SRV	01		
06	SERVIÇO REFORMA TANQUE PIPA 15.000 LITROS INSTALADO NO VEÍCULO PLACAS FWI-5265, conforme especificações no Anexo I do Edital.	SRV	01		
07	SERVIÇO REFORMA TANQUE PIPA 15.000 LITROS INSTALADO NO VEÍCULO PLACAS FWR-1096, conforme especificações no Anexo I do Edital.	SRV	01		
VALOR TOTAL DO GRUPO					

Havendo qualquer divergência entre as especificações contidas no Anexo I do Edital e as constantes no portal <https://www.gov.br/compras/pt-br>, prevalecerão, para todos os efeitos, as do Anexo I.

Validade da Proposta: Conforme item 4.10 do Edital.

Prazo de Execução: Conforme item 5 do Termo de Referência.

Prazo de Garantia: Conforme item 5 do Termo de Referência.

“**DECLARO**, sob as penas da lei, que os objetos ofertados atendem a todas as especificações exigidas no Anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico nº 041/2026**.”

“**DECLARO** que esta proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, na convenção coletiva de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas”.

“**DECLARO** que no valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, sendo de nossa inteira responsabilidade a quitação destes, que em momento algum e sob nenhuma alegação, inclusive falta de previsão oficial, poderão ser transferidos ao DAE, a responsabilidade de seus pagamentos, quitação ou outras quaisquer decorrentes.”

.....
Assinatura

Nome: _____ Cargo: _____
Data de Nascimento: ____/____/____ Nacionalidade: _____ Telefone: _____
CPF: _____ RG: _____
Estado Civil: _____ Profissão: _____
Residência: _____ Nº: _____ Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____
E-mail Institucional: _____
E-mail Pessoal: _____

Data:/...../.....

ANEXO IV - MODELOS DE CARTAS DE CREDENCIAMENTO E OUTRAS DECLARAÇÕES

CARTA DE CREDENCIAMENTO

(preencher em papel timbrado da empresa)

Ao Pregoeiro do Departamento de Água e Esgoto de Bauru:

Referente: Processo Administrativo nº 9706/2024 - Pregão Eletrônico nº 041/2026 - DAE

Prezados Senhores,

Na qualidade de Responsável Legal por nossa Empresa, credenciamos o Senhor, portador da carteira de identidade RG nº e do CPF nº, para nos representar na licitação em referência, conferindo-lhe poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

Atenciosamente,

Local e Data

Carimbo da Empresa

Nome, CPF e Assinatura do Responsável Legal

Observação: Os licitantes deverão atentar para os poderes conferidos aos Representantes Legais no Estatuto ou Contrato Social.

CARTA DE CREDENCIAMENTO PARA VISTORIA TÉCNICA

(preencher em papel timbrado da empresa)

Ao Departamento de Água e Esgoto de Bauru:

Referente: Processo Administrativo nº 9706/2024 - Pregão Eletrônico nº 041/2026 - DAE

Prezados Senhores,

A Empresa, situada na Rua, nº, na cidade de, credencia o(a) Senhor(a), portador(a) da carteira de identidade RG nº, para nos representar na vistoria técnica para elaboração de proposta para execução do objeto do Edital epigrafado.

Atenciosamente,

Local e Data

Carimbo da Empresa

Nome, CPF e Assinatura do Responsável Legal

ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA

Referente: Processo Administrativo nº 9706/2024 - Pregão Eletrônico nº 041/2026 - DAE

Atestamos, para os devidos fins, que a Empresa, neste ato representada pelo Sr(a), RG nº, CPF nº, compareceu ao DAE, sito na Rua Padre João, nº 11-25, Vila Santa Tereza, Bauru-SP, CEP 17012-020, para efetuar vistoria técnica para elaboração de proposta para execução do objeto do Edital epigrafado, tendo conhecimento do local e das condições de realização do serviço.

Local, de de 2026.

(Assinatura e carimbo do funcionário responsável pelo acompanhamento da vistoria)

DECLARAÇÃO

(preencher preferencialmente em papel timbrado ou em papel comum com o carimbo do CNPJ)

Eu, (nome completo), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº,
Responsável Técnico da Empresa (nome da pessoa jurídica), inscrita no CNPJ nº, **DECLARO**
conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme item 7.9.2 do Edital.

Local, de de 2026.

.....

Assinatura do Representante Legal